

Produto educacional
Roteiro para roda de conversa



Formação do conceito de qualidade na EPT a partir do conhecimento de sua história e suas bases conceituais

Roseli Jardim Botesele

3748r

Botesele, Roseli Jardim

Roteiro para roda de conversa: Formação do conceito de qualidade na EPT a partir do conhecimento de sua história e suas bases conceituais. / Roseli Jardim Botesele, Carolina Mendonça Fernandes de Barros. – Charqueadas, RS, – 2025.

1 PDF

Dissertação (Produto educacional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

Modo de acesso:
educapes.capes.gov.br

1. História da EPT. 2. Bases conceituais da EPT. 3. Roda de conversa. I. Barros, Carolina Mendonça Fernandes de. II. Título.

DU 377

Catalogação na Publicação:

Bibliotecário Fernando Scheid - CRB 10/1909

Apresentação

Prezados (as)

Esse material pretende conduzir, por meio da modalidade roda de conversa, uma experiência de descoberta e diálogo entre os servidores, em torno da história da EPT com foco em suas bases conceituais, de modo a criar um novo conceito de qualidade na educação no IF com base na essência da EPT. Poderá ser utilizado por professores, gestores e técnicos em educação, podendo ser aproveitado como ferramenta em diversas práticas de formação.

Aprender com a própria vida só não é maior do que o aprender na Roda de muitas vidas, no aprender coletivo [...]. O mergulhar em sua própria história permite encontrar, talvez, o humano universal, mas é só na partilha, no cotejo com outras histórias, que se revela sua unicidade, que se afirma aquilo que o distingue. Nesse intercâmbio, encontra o educador sua própria natureza. Mas esse encontro, no trabalho conjunto, não é arte do acaso, mas construção difícil, pois na escola, como na vida, história é história de conflitos. Descobrir esse fazer solidário e contraditório é redescobrir, de forma nova, o que já foi descoberto tantas vezes, por outros olhares e outras compreensões (Warschauer, 2000, p. 01).

SUMÁRIO

1	SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL	5
2	SOBRE A RODA DE CONVERSA.....	7
3	CARACTERÍSTICAS.....	8
4	TEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA.....	8
5	ROTEIRO	9
6	AVALIAÇÃO.....	11
7	CONCEITOS NORTEADORES	12
7.1	Breve história da EPT no Brasil	12
7.2	Os Institutos Federais de Educação (IFs).....	15
7.2.1	Principais objetivos dos Institutos Federais:	16
7.2.2	Principais referências teóricas.....	17
	REFERÊNCIAS.....	23

1 SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

No Mestrado Profissional a CAPES indica como produção para obtenção do título de mestre um produto educacional, além da dissertação de mestrado. O produto educacional é um objeto de aprendizagem (por ex. pequeno livro, manual de atividades, sequência didática, software, jogo educativo, palestras, rodas de conversa, etc.) desenvolvido com base em trabalho de pesquisa científica que visa disponibilizar contribuições para a prática profissional de professores da educação básica, futuros professores, professores do ensino superior e formadores de professores. Geralmente, o produto apresenta uma proposta de ensino ou de formação de professores desenvolvida pelo mestrando e seu orientador (Capes, 2020).

Na confecção do produto educacional foram utilizadas, inicialmente, construções teóricas de autores que compõem as bases da EPT, e posteriormente, material referente às considerações e conclusões encontrados na análise das entrevistas e no desenvolvimento da dissertação. Tais construções tornaram-se primordiais na definição do conceito de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, bem como o enriquecimento teórico relacionado à história e a formação da EPT.

O produto educacional foi desenvolvido como um roteiro para uma Roda de Conversa, essa metodologia foi escolhida por ser uma forma de construção coletiva de conhecimento, sendo ainda, a que melhor representa os ideais da pesquisa, com o título: "Formação do conceito de qualidade em Educação Profissional e Tecnológica a partir do conhecimento de sua história e suas bases conceituais". O referido produto foi idealizado com a intenção de ser uma fonte de conhecimento e discussão e como formação do conceito de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, a partir da divulgação de sua história e suas bases conceituais.

O Roteiro para a Roda de Conversa “Formação do conceito de qualidade em EPT a partir do conhecimento de sua história e suas bases conceituais” foi concebido como Produto Educacional do curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT. Este projeto se encontra dentro da linha de pesquisa Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, que trata dos processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais.

2 SOBRE A RODA DE CONVERSA

O método da roda de conversa surge em oposição ao sistema tradicional de ensino, contribui ainda para dirimir toda uma concepção tradicional autoritária de educação. Este método foi criado a partir de inquietações que permeiam o sistema educacional (Silva, A., 2012). Antes de apresentar as concepções acerca da Roda de Conversa, considera-se importante conhecer a origem e desenvolvimento deste método na educação.

As rodas de conversas são inspiradas nos Círculos de Cultura de Paulo Freire e de acordo com Moura e Lima (2014, p.28) “permitem à ressonância coletiva, a construção e reconstrução de conceitos e argumentos pela escuta e pelo diálogo com os pares e consigo mesmo”.

Moita e Andrade (2006) apontam a roda de conversa como uma modalidade de caráter progressista e democrático na educação, sendo seu viés mais importante a participação crítica para a formação de conhecimento coletivo, onde o conhecimento não se constitui como um produto final, mas como uma construção durante o desenvolvimento da roda de conversa. As autoras afirmam ainda que:

Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta. A conversa saiu dos alpendres e chegou à escola como uma estratégia de ensino, e como caminho natural, alcançou as pesquisas educacionais. Assim, a roda de conversa não é algo novo, a ousadia é empregá-la como meio de produzir dados para a pesquisa qualitativa (MOURA; LIMA, 2014, p.28).

A roda de conversa foi divulgada entre os entrevistados e demais interessados e, posteriormente, realizada uma pesquisa de validação, com

o objetivo de avaliar o impacto nas pessoas que participaram da formação, de maneira a observar a influência das discussões sobre o conceito de qualidade na EPT.

3 CARACTERÍSTICAS

- **Público sugerido:** Servidores, alunos e demais interessados na EPT
 - **Forma de Oferta:** Presencial
 - **Carga horária Total:** 2 horas
 - **Número máximo de vagas do curso:** 10
 - **Requisitos:** interesse em conhecer e construir a EPT
 - **Local:** IFSul Campus Bagé

4 TEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

Pretende-se contribuir para a reflexão dos servidores sobre o conceito de qualidade na EPT a partir do conhecimento ou ressignificação da história dessa instituição e suas bases conceituais. Assim, os objetivos são de conhecimento, discussão e reflexão coletiva sobre temáticas pouco conhecidas e/ou compreendidas dentro da instituição, como: formação dos IFs, educação integral, trabalho como princípio educativo e etc., de modo a desenvolver um conceito de qualidade fundamentado nas bases da EPT.

Para alcançar esses objetivos optou-se pela roda de conversa, pois nessa metodologia o diálogo envolvendo a temática central é desenvolvido de forma horizontal e democrática, onde os participantes sintam que todas as falas têm a mesma importância e podem ser escutadas com o mesmo interesse. Assim os participantes se acomodam em círculo,

como pretendido pelos círculos de cultura de Paulo Freire, que inspiraram a metodologia da roda de conversa.

Na sociedade da falta de tempo, o diálogo é precioso e necessário, os poucos encontros realizados são, geralmente, oriundos de convocação, forjados em antagonismos, uns pouco falam, outros pouco escutam, muitos não se sentem no direito de falar e de serem ouvidos. Busca-se a partir desse produto o encontro de interesses coletivos, inerentes aos da comunidade e dos trabalhadores da EPT. A participação dos servidores ocorre, via de regra, de maneira institucionalizada, comumente por meio de processos de formação, podendo ser conduzida de maneira emancipatória ou não. Assim, a roda de conversa também visa contribuir para uma educação para a autonomia, já que se dá por meio do diálogo, relacionando o trabalho, as bases conceituais e a história da EPT.

5 ROTEIRO

O Material apresentado no item 7, conceitos norteadores, foi utilizado como base para o desenvolvimento do produto, assim indica-se o seu uso pelo mediador, podendo outros materiais serem acrescentados, sem prejuízo da proposta inicial. Primeiramente, procede-se à escolha, reserva e organização do espaço onde ocorrerá a dinâmica, sendo imprescindível que haja espaço adequado e confortável para todos os participantes. Sugere-se no máximo 10 participantes, de forma a contemplar a fala e escuta de todos. Para a condução da roda de conversa pode-se lançar mão da apresentação de slides, bem como a apresentação de um vídeo curto sobre a história da EPT no Brasil, sendo necessário para tanto a disposição de um projetor e acesso à internet.

Iniciando a roda de conversa

- O mediador deve chegar com antecedência para recepção dos participantes que deve ocorrer de maneira alegre e convidativa.
- Ofereça os materiais necessários à participação, como papel e caneta para anotações ou para a avaliação, que pode ser presencial ou posteriormente.
- A roda de conversa poderá ser gravada, em áudio ou vídeo para facilitar a coleta e futura análise de dados.
- Faça uma breve apresentação e oriente os participantes a escreverem algo inicial sobre o seu conhecimento da temática.
- Comunique as regras da roda, como necessidade de inscrição para participação e tempo de fala de cada participante.
- Apresente o vídeo ou slides em seguida, estimule as falas e o diálogo sobre a temática inicial.
- Posteriormente apresente os novos temas em slides, incentivando sempre o debate sobre cada um.
- Após o término do debate, sugira aos participantes que façam uma nova definição sobre a temática principal, acrescentando as mudanças ocorridas com os conhecimentos gerados na roda de conversa, se houveram, ou mantendo seu posicionamento inicial se for o caso.
- Para finalizar entregue o questionário de avaliação aos participantes, incluso no anexo B.

Após a apresentação do slide com definições de cada temática, o mediador inicia a conversa, oferecendo a palavra na ordem de inscrição. A problematização dos temas fica por conta do mediador, de modo a fomentar reflexões e moderar os diálogos. Ao final, depois de todos interessados terem tido a oportunidade de fala e exaurido o debate sobre aquele tópico, segue-se para o seguinte, até a conclusão da dinâmica e avaliação.

6 AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser realizada tanto presencialmente, se houver tempo, ou posteriormente, através do envio de formulários on-line, este processo visa identificar o impacto da roda de conversa na formação dos participantes, assim como desenvolver e atualizar o produto educacional. Para realizar a avaliação, pode-se utilizar o modelo desenvolvido por em Leite (2018), nesse modelo a autora sugere a validação participativa de um produto educacional a partir de cinco eixos: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. A partir desse modelo, pode-se desenvolver as perguntas utilizadas no questionário de avaliação, como exemplificado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Modelo cinco eixos (Leite, 2018)

Eixo	Objetivo	Questão
Atração	Compreender como se deu a aproximação e a relação dos participantes com o produto educacional	O que despertou seu interesse em participar do evento?
Compreensão	Analisa se o participante reconhece o material como apropriado para ele.	O que você entendeu sobre o assunto e/ou objetivos do evento?
Envolvimento	Perceber se os participantes conseguiram compreender a proposta dos conteúdos e materiais apresentados.	O conteúdo foi apresentado de forma compreensível? Fale a respeito.
Aceitação	Confirmar se o enfoque, conteúdos e linguagem estão de acordo com o público alvo.	Você achou o material adequado? Fale a respeito.

Mudança de Ação	Analizar se o produto tem potencial de motivar os participantes a uma mudança de comportamento e participação nas mudanças desejadas.	Com o evento se pretende uma mudança na forma de pensar a educação no IFSul, que resulte também em ações. Você compreendeu este objetivo e estaria disposto a fazer essas mudanças?
-----------------	---	---

7 CONCEITOS NORTEADORES

7.1 BREVE HISTÓRIA DA EPT NO BRASIL

A Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica no Brasil foi marcada por grandes desafios, bem como avanços e retrocessos. Seu marco inicial foi a Criação das Escolas de Aprendizes Artífices no ano de 1909. Compreende-se que a política de educação profissional no Brasil expressa a própria constituição do Estado brasileiro e suas transformações ao longo do século XX e início do século XXI (Ramos, 2014).

Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), é no ensino médio que se evidencia o reconhecido dualismo entre capital e trabalho no Brasil, representado no falso dilema entre a educação para o trabalho e a propedêutica. Nas palavras de Marise Ramos sobre a educação profissional no Brasil, pode-se perceber que essa história não é apenas uma linha do tempo com datas e nomes, mas uma arena de disputas políticas, econômicas e sociais:

Ainda que tenha uma organização cronológica, se pauta principalmente por demonstrar que a política de educação profissional e tecnológica é resultado de disputas e tendências complexas ao longo da história do país, frente a uma correlação de forças entre as classes que disputam o poder e a direção econômica e política da sociedade (Ramos, 2012, p. 08).

A formação para o trabalho no Brasil ocorre desde o tempo da colonização, ao se considerar, dentre outros, o desenvolvimento de aprendizagens laborais realizados nas Casas de Fundição e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil criados no ciclo do ouro. Durante o Brasil Império (1822 a 1889), o destaque é para a instalação das Casas de Educandos Artífices em dez províncias entre 1840 e 1865 (MEC).

Com o desaparecimento das oficinas de artesanato tradicional e o surgimento das escolas de ofícios, o conhecimento aos poucos foi oferecido aos trabalhadores. No entanto existia uma grande diferença entre o que era ensinado aos dirigentes e o que era oferecido ao povo, sempre visto como caridade e baseado no trabalho e na produção. Séculos de escravismo e discriminação do trabalho manual aprofundaram esse dualismo no Brasil. Somente em meados do séc. XX, as elites do país se preocuparam com a criação de políticas públicas para o analfabetismo (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012).

Entretanto, o marco da educação profissional e tecnológica como política pública no Brasil só foi estabelecido em 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, no governo do presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro, oferecendo ensino profissional primário e gratuito.

A partir de 1927, a educação profissional tornou-se obrigatória nas escolas mantidas e financiadas pela União. Segundo Ramos (2012), a década de 30 foi o início da revolução industrial burguesa no Brasil, assim, a educação dos trabalhadores deixou de ser apenas uma questão social, mas principalmente da seara econômica. No governo Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Francisco Campos foi nomeado titular (MEC, 2024). O período entre a década de 30 e 40 foi marcante para a política e a economia brasileira, trazendo consequências importantes para a educação (Moura, 2007).

No ano de 1937, as escolas deram origem aos ‘Liceus Profissionais’ e o ensino profissional é tratado na Constituição Federal enfatizando-o como dever do Estado e definindo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade (MEC, 2024). O Sistema “S” foi criado neste contexto, alterando a educação profissional do país e reforçando o que tratava a CF 1937, através de cursos puramente técnicos e aligeirados.

No decorrer de 1942, os Liceus deram lugar às ‘Escolas Industriais e Técnicas’, foi criado o SENAC, foi promulgada a lei do ensino industrial, bem como a organização da rede de ensino industrial. A lei orgânica do ensino comercial foi promulgada em 1943 e em 1946 a do ensino agrícola (MEC, 2024).

O cenário começou a mudar somente a partir da década de 50, por meio da Lei Federal nº 1.076/50, permitindo aos concluintes dos cursos profissionais a continuidade dos estudos em níveis superiores, se comprovassem, mediante avaliação, capacidade para o nível seguinte. A plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível somente ocorreu a partir de 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 04.024/61 (MEC, 2024).

Segundo histórico do MEC (2024), a partir de 1978, as escolas técnicas iniciaram sua transformação em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs, com a publicação da Lei nº 6.545/1978. Essa transformação ficou interrompida por mais de 15 anos, sendo retomada a partir de 1993. De acordo com Silva, C. (2009), a oferta de cursos técnicos foi deixada na responsabilidade dos estados e da iniciativa privada e, apesar dos CEFETs demonstrarem grande resiliência, a fragmentação do ensino nestas instituições foi inevitável.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), (1994-1997/1998-2001) destacam-se a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e o Decreto nº 2.208/1997 (Brasil, 1997). O avanço neoliberal, neste período, inviabilizou a possibilidade de um novo modelo educativo e democrático para a EPT. “As proposituras de reforma da educação efetivadas por FHC garantiram

o atendimento aos interesses do capital, tanto na oferta da mão de obra, como no aprofundamento da mercantilização da EPT” (Carmo, 2013, p.24).

De acordo com Silva, C. (2009), durante a década de 90 várias escolas fizeram a transição para CEFET, iniciando assim o sistema nacional de educação tecnológica em 1994. A partir de 1998, houve a proibição da criação de novas escolas federais, direcionando as instituições existentes para a oferta de cursos superiores e ensino médio regular. O Decreto n 2.208/97 era símbolo de um governo neoconservador e neoliberal intencionado a manter as desigualdades de classe e educacionais e na luta por trás de sua revogação estava um projeto de sociedade e educação mais justos (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012).

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 2002, após anos de retrocessos, houve uma esperança, de que chegaria ao fim a dualidade educação para o trabalho/educação para as elites. Foi cobrado do governo, pelos intelectuais da esquerda progressista, um projeto educacional que melhor contemplasse a classe trabalhadora. Em 2004, por meio de muita pressão, o Governo revogou o decreto anterior e sancionou o Decreto 5154/04, o qual possibilita a integração e oferta do Ensino Médio Integrado (EMI) (Carmo, 2023).

Somente em 2004, após anos de embate, houve uma reestruturação da rede federal, com a retomada da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio e a modificação das leis que impediam sua expansão (MEC, 2024). Apesar das intenções do governo de um projeto popular voltado para as massas, o decreto 5.154/04 demonstrava que os interesses das forças conservadoras continuavam sendo privilegiados (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012).

7.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO (IFs)

Em 2008, como fruto de muitos debates, publica-se a lei 11.892, assim surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a intenção de criarem e fortalecerem o desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro, promoção da justiça social, da equidade, do

desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias (Silva, C., 2009).

Conforme Pacheco (2020) é imprescindível a compreensão da natureza e da Proposta Político-Pedagógica dos IFs, como forma de ser reconhecido pela comunidade, mas principalmente pelos protagonistas desta entidade inovadora. Este modelo educacional é considerado inédito, na medida em que não foi desenvolvido a partir de outro modelo nacional ou internacional.

7.2.1 Principais objetivos dos Institutos Federais:

Estes objetivos foram elencados por (Pacheco, 2020):

- Ofertar uma educação pública, democrática de qualidade e gratuita;
- Proporcionar às camadas sociais historicamente excluídas, a progressão de seus estudos e a redução de barreiras entre os níveis e modalidades de ensino;
- Atuar no Ensino, Pesquisa e Extensão articuladamente com a realidade socioeconômica e as necessidades do território onde está inserido.
- Criar cultura de Rede, como forma e estrutura de funcionamento e organização, interagindo e construindo o desenvolvimento econômico e social
- Estabelecer vínculos com as escolas públicas, especialmente as de Ensino Médio, compartilhando espaços e equipamentos.
- Contribuir na formação docente, oferecendo, de forma prioritária, cursos de licenciaturas.
- Estabelecer vínculos com os Movimentos Sociais, reconhecendo neles importante fonte de conhecimentos;
- desenvolver atividades com as comunidades onde os campi estão localizados, participando da vida destas e contribuindo para o enfrentamento e solução de seus problemas;

- Implementar a Certificação de saberes não formais adquiridos ao longo da vida.

7.2.2 Principais referências teóricas

Os IFs têm como referência básica Karl Marx (1818/1883) que traz para a instituição a fundamentação da educação integral, “através da formação geral humanística, física e profissional-tecnológica. A sua vinculação ao mundo do trabalho e a importância deste na construção do conhecimento e do próprio processo civilizatório, a POLITECNIA” (Pacheco 2020, p.6).

Foi na década de 80 que surgiu no Brasil as primeiras concepções educacionais marxistas, pois neste período o país gozava de grande movimentação cultural e política. Neste debate Demerval Saviani foi o pioneiro, especialmente através do doutorado em educação da PUC/SP. A difusão da obra de Manacorda (Marx e a Pedagogia Moderna, 1991) ocorreu também nesse período, sendo muito reconhecida nos meios acadêmicos e políticos (Pacheco, 2020).

Outro fato relevante foi a implantação da primeira escola pública vinculada ao mundo do trabalho, participaram da análise crítica desse projeto os seguintes teóricos: Moisey Pistrak (1888/1937), Anton Makarenko (1888/1939) e Lev Vygotsky (1896/1934).

Paulo Freire está sempre presente, quando se aborda uma pedagogia progressista, bem como, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Entre os contemporâneos Gaudêncio Frigotto, Lucília Machado, Jaqueline Moll, Roseli Caldart, Marise Ramos e Maria Ciavatta, foram leituras e\ou diálogos permanentes e imprescindíveis.

Trabalho como princípio Educativo

Quando se fala em IFs é necessário conceituar alguns termos importantes, como é o caso da palavra “trabalho” para compreender os ideais da instituição. Conforme Pacheco, (2024), o termo “trabalho” possui

dois sentidos: Ontológico e Histórico. O sentido ontológico (inerente ao ser) está ligado ao fato de os homens transformarem a natureza em razão de suas necessidades, sendo essa relação, e a relação entre os homens o fator de produção do conhecimento. Dessa forma é direito de todos os seres a apropriação desses conhecimentos, resultando na criação de outros. No sentido Histórico, está relacionada à prática econômica e ao modo de produção da época em questão, configurando-se na ideia de trabalho assalariado (Pacheco, 2024).

A partir deste percurso histórico, Saviani, inspirou-se nas formulações de Antônio Gramsci sobre trabalho como princípio educativo e escola unitária, buscando realizar um sistema de ensino com base no princípio educativo do trabalho, mas adaptado para as condições brasileiras (Frigotto, 2024).

Formação omnilateral

Frigotto (2024) comprehende como base da formação omnilateral o fato de que todos os seres da natureza, incluindo o ser humano, estão interligados, sendo necessário compreender como se dá essa relação no interior da sociedade capitalista. Assim, no plano ontológico, o autor define omnilateralidade como processo educativo que abrange todas as dimensões da vida humana, tendo como eixo essa integração entre a natureza e o ser humano, considerando as relações sociais.

Baseado nos ensinamentos de Gramsci, Frigotto (2024) pondera que essa matriz curricular deve apresentar equilíbrio entre as ciências, sociais, humanas e da natureza. “Nessa matriz, como base instrumental, estão as linguagens, entre elas as tecnologias e a matemática. Se trabalhada na perspectiva do materialismo histórico, essa matriz tem centralidade no trabalho como princípio educativo” (p.6). Para Frigotto, a concepção da formação omnilateral, do Ensino Médio Integrado e do princípio educativo do trabalho socialmente útil, no plano epistemológico:

deriva da compreensão ontológica do ser social. Como tal, implicam a compreensão da unidade diversa entre ciências da natureza e ciências sociais e humanas, tendo a história como síntese. Totalidade que não é sinônimo de tudo, mas das mediações ou conexões que desvelam o que constitui o fenômeno estudado (Frigotto, 2024, p.7).

Assim, o autor nos ensina que o ser omnilateral não, necessariamente, é aquele que domina todos os conhecimentos, mas, outrossim, aquele que consegue compreender a relação entre as ciências e o seu contexto social e histórico.

Politecnia

A noção de politecnia está relacionada a superação da dicotomia histórica entre o trabalho manual e o intelectual, entre conhecimentos gerais e profissionais. A exigência do conhecimento sistematizado é dominante na sociedade atual, entretanto, existe uma contradição: como os meios de produção são de propriedades privadas, o aumento produtivo, só é aproveitado por uma pequena parcela da sociedade, os donos desses meios de produção, em prejuízo da grande maioria, os trabalhadores (Saviani, 2003).

Na década de 1980, foi introduzido o conceito de politecnia, como forma de superação da dualidade entre cultura geral e educação técnica. Dessa forma, a LDB de 1988, quando trazia a palavra “politecnia”, não se referia à oferta de uma infinidade de habilidades, outrossim “incorporar ao ensino médio processos de trabalhos reais, possibilitando assimilação não apenas teóricas, mas também práticas, dos princípios científicos que estão na base da produção moderna” (Frigotto, Ciavatta e Ramos 2012, p.43). Conceito este trabalhado de forma mais específica por Saviani:

Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas, que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos e à formação das diferentes modalidades de trabalho. Politécnica, nesse

sentido, baseia-se em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, [...] dominando esses fundamentos o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho (Saviani, 2003, p. 40).

Na Politecnia, buscam-se organizar oficinas, processo de trabalho real, possibilitando a assimilação teórica e a prática dos princípios científicos modernos, dessa forma o aluno terá que, além de compreender os conhecimentos que recebeu, mas também ter capacidade de aplicá-los. Essa concepção educativa foi trazida da tradição socialista como forma de contrapor-se à concepção burguesa correspondente, tanto que, ao esclarecer o sentido de politecnia, o autor mantém-se fiel aos enunciados de Marx (Saviani, 2003).

O ensino médio integrado é fruto de uma construção coletiva, onde a politecnia e a formação omnilateral fazem parte da mesma luta contra o capitalismo predatório, que ocorre no tempo histórico vigente e na correlação de forças da luta de classes (Frigotto, 2024).

Educação integral /ensino integrado

Segundo Pacheco (2012) “integração” é definida a partir da concepção de formação humana, considerando para tal, todas as dimensões da vida (trabalho, ciência e cultura) no processo educativo. “O trabalho compreendido nos sentidos ontológico e histórico; a ciência, definida como todos os conhecimentos que a humanidade desenvolveu e a cultura, que se configura como os valores éticos e estéticos norteadores da sociedade.

Integração pode ser compreendida ainda como a reunificação do ser humano dividido, historicamente, pela cisão social do trabalho entre aqueles que executam e aqueles que pensam. “Uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão integrado à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão

das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 85).

Para a organização de um currículo integrado é necessário que os conhecimentos teóricos favoreçam a compreensão e reflexão da vida do estudante, nas dimensões ética, política e social. Esses princípios de organização do currículo integrado podem se materializar em práticas pedagógicas a partir de dois aspectos curriculares: contextualização e interdisciplinaridade (Silveira; Almeida, 2021). Existem diferentes possibilidades:

- Integrando conhecimentos de diversas disciplinas por meio da interdisciplinaridade, de modo que, para que se compreenda o conteúdo de certa disciplina do currículo, seja necessário acessar conhecimentos de outra. Dessa forma, se estabelece uma correlação entre ambas para superar obstáculos de aprendizagem.
- Articulando diferentes professores em torno de temas geradores, centros de interesse, projetos, complexos temáticos, para citar algumas possibilidades. Na prática, alunos e professores utilizariam conhecimentos de diversas disciplinas, de forma integrada, visando à concretização de uma tarefa, que pode ser, por exemplo, um problema encontrado no entorno da escola.
- Realizando Visitas Técnicas, que podem ser uma forma de visualizar na prática como os diferentes tipos de saberes (saberes científicos, conhecimentos tecnológicos, saberes técnicos e saberes populares) são aplicados em contextos de trabalho. O importante é que após essas visitas os alunos sejam capazes de estabelecer relações entre a prática visualizada e o conteúdo estudado nas disciplinas. Essas relações podem gerar: críticas, sugestões, hipóteses para futuros projetos de pesquisa e outras inúmeras possibilidades para a ampliação dos conhecimentos dos alunos (Silveira; Almeida, 2021, p.20).

Os exemplos citados, são apenas algumas das formas de materialização do currículo integrado, os docentes podem desenvolver

muitas outras formas baseadas nestes princípios. Ciavatta (2011) afirma que, a implementação do ensino integrado ainda é um processo histórico lento e difícil de ser concretizado. Por vários fatores, entre eles:

[...] pela divisão social do trabalho no capitalismo; pela tradição escravista da divisão de classes a partir do trabalho manual/trabalho intelectual; pela permanência dessa ideologia reforçada pela redução da educação às necessidades do mercado; e porque a transformação na direção da formação integrada exige um trabalho cultural e pedagógico na sociedade e no interior da escola (Ciavatta, 2011, p.142).

Essa implementação, apesar de difícil, está posta aos servidores dos IFs e passa, primeiramente, pelo conhecimento da história e das bases conceituais da instituição, bem como pela vontade de trabalhar e lutar pela manutenção e desenvolvimento de uma educação integral, pública, gratuita, inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.
- _____. MEC. **Proposta em discussão: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica.** Brasília: MEC/SETEC, 2004 d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 27 fev. 2024.
- _____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- FRIGOTTO, G. (org.); *et al.* **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3º ed. São Paulo; Cortez; 2012. 175 p.
- _____. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio.** IN FRIGOTTO, G. RAMOS, M. CIAVATTA, M. (orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições.* 3ºed. São Paulo: Cortez, 2012 (p. 57- 82).
- FRIGOTTO, G.; Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 24, p. 1-18, e17172, jun. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/download/17172/4067/45795> Acesso em: 02 ago. 2025.
- LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: **Congresso Ibero-americano em Investigação Qualitativa**, 7., 2018, Lisboa. Atlas CIAIQ, 2018. v. 1, p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/issue/view/24>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- MOURA, Dante H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266864382_EDUCACAO_BASICA_E_EDUCACAO_PROFISSIONAL_E_TECNOLOGICA_DUALIDADE_HISTORICA_E_PERSPECTIVAS_DE_INTEGRACAO. Acesso em: 08 mar. 2024.
- MOROSINI, M. C. FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 3 abr. 2024.

PACHECO, E. Os institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Portal MEC, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf; Acesso em: 30 jun. 2025.

PACHECO, Eliezér. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n° 1, 2020 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/ept/article/download>. Acesso em: 05 ago 2025.

SAVIANI, D. O Choque Teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, 1(1):131-152, 2003. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010. Acesso em: 18 jul 2025.

SILVA, C. J. R. **Institutos federais 11.892, de 29 de/11/2008: comentários e reflexões/** organização, Caetana Juracy Resende Silva. – Natal: RN, 2009. 70 p. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVEIRA, Thiala Carvalho de Melo. **Afinal, o que é o ensino integrado?** [e-book] / Thiala Carvalho de Melo Silveira; Ronise Nascimento de Almeida. – Aracaju: Editora IFS, 2021. 31 p: il. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/EDIFS/ebooks/2021/Afinal_o_que_%C3%A9_o_ensino_integrado_atualizado.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

WARSCHAUER, C. **Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela.** 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: [2000.https://repositorio.usp.br/item/001109743](https://repositorio.usp.br/item/001109743) Acesso em: 23 maio 2025.